

-----**Ata n.º 5/2014**-----

Aos trinta dias de junho do ano de dois mil e catorze, nesta vila de Mesão Frio, reuniu a assembleia municipal, em sessão ordinária, no Salão Nobre dos Paços do Município, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

Ponto um: Período de antes da ordem do dia: -----

Ponto dois. Regimento da Assembleia Municipal de Mesão Frio:-----

Ponto três: Voto Pesar pela morte do Deputado Municipal Senhor Eduardo Pereira Carvalho Sampaio – Tomar Conhecimento;-----

Ponto quatro. Apreciação da informação escrita do Sr. Presidente da Câmara acerca da atividade municipal, situação financeira e processos judiciais pendentes; -----

Ponto cinco: 1ª Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2014 – Proposta de Aprovação;-----

Ponto seis: 7º Relatório Semestral de Acompanhamento de Execução do PSF – Apreciação; -----

Ponto sete: Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para a composição da Comissão de Defesa da Floresta Contra Incêndios, Decreto-lei nº 17/2009 de 14 janeiro;-----

Ponto oito: Plano de Pormenor da Quelha – Oliveira – Proposta de Aprovação;-----

Ponto nove: Minuta de Contrato Interadministrativo respeitante à delegação de Competências do Município nas Freguesias – nos termos do disposto da alínea k), do artigo 25º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 setembro – Proposta de Aprovação;-----

Ponto dez: Contrato de Aquisição de Bens e Serviços com Encargos Plurianuais autorizados pela Assembleia Municipal em 29 de novembro de 2013, ao abrigo da autorização genérica – Tomar Conhecimento;-----

Ponto onze: Desafetação de uma parcela de terreno do domínio público municipal para o domínio privado do Município – Proposta de Aprovação;-----

Ponto doze: Apelo em Defesa da Escola Pública – Apreciação e Aprovação;-----

Ponto treze: Período aberto ao público.-----

Presentes os senhores, Carlos Alberto Esteves, Presidente da Assembleia Municipal, que, nesta qualidade, abriu a reunião às vinte e uma horas e dezoito minutos, Anabela Valério Marrafa de Macedo, 1º secretaria, Luís Miguel Silva Marques, 2º secretário,

Carlos Manuel Pombo Soares Silva, Jorge Filipe Portela, Marco Aurélio Correia de Araújo Ferro Miranda, Eduardo Cassiano Nogueira Pinto de Miranda, André Filipe Miranda Monteiro, José Eduardo Branco dos Santos, Francisco Guedes Moreira, António César Vicente Nunes, Pedro Miguel Alves Poças, Vítor Miguel Barros da Fonseca, Elisabete Maria Silva Custódio (PS), José da Fonseca Alves, Maria Teresa Freitas Alves Lúcio, Bruno Miguel Monteiro de Carvalho, Sílvia Andreia Duarte Pereira Correia, Lisa Maria de Oliveira Martins e Cristina Perpétua Martins de Oliveira Barros (PPD/PSD).-----

Presentes os senhores Alberto Monteiro Pereira, Presidente da Câmara Municipal, Cristina Isabel de Almeida Guedes Major (P.S.), Marco António Peres Teixeira da Silva e António José Teixeira (P.S.D), vereadores.-----

Falta justificada: O senhor vereador Paulo Jorge Peres Teixeira da Silva.-----

Iniciada a sessão, o senhor presidente após cumprimentar os presentes, em particular, deu as boas vindas à deputada Cristina Perpétua Martins de Oliveira Barros, em substituição do deputado Eduardo Pereira de Carvalho Sampaio. De seguida, colocou à votação a ata número quatro de 2014, que após a apresentação de sugestões de alteração foi aprovada por unanimidade.-----

No período de antes da ordem do dia, o presidente da AM informou sobre o pedido de suspensão do mandato por um período de trezentos dias, pelo deputado Paulo Jorge Lopes, solicitando a sua substituição pelo deputado Jorge Portela. No seguimento, foi aprovado por unanimidade o pedido de suspensão e substituição.

Informou ainda sobre a moção, relativa ao encerramento do tribunal em Mesão Frio, enviada aos grupos parlamentares, e da nota de recebimento e agradecimento por parte dos grupos parlamentares Os Verdes e PS recebeu, bem como da informação sobre a realização de encontros de fiscais autárquicos, em Almada.-----

A deputada Teresa Lúcio leu um voto de pesar pelo falecimento do deputado Eduardo Pereira de Carvalho Sampaio, que se anexa a esta ata, o qual foi aprovado por unanimidade.-----

O deputado Eduardo Miranda leu um documento no qual consta uma moção sobre o projeto do governo sobre a problemática da casa do Douro, que se anexa a esta ata.-----

O deputado Carlos Pombo felicitou o executivo pela realização das provas de rally em Mesão Frio, e acrescentou, relativamente à proposta apresentada pelo deputado Eduardo Miranda, que a mesma não faz parte da ordem de trabalhos da reunião e a

apresentação de moções deve cumprir com determinadas regras. No entanto, considerou não ser pertinente a realização de uma reunião extraordinária uma vez que em setembro de realizará uma reunião ordinária. Apreciada a sua inclusão na ordem de trabalhos, a mesa decidiu, favoravelmente, por unanimidade.-----

O deputado José da Fonseca Alves sugeriu a criação de um grupo de trabalho pertencente à assembleia municipal e que, em conjunto com o presidente da câmara municipal se trabalhasse o assunto. O presidente da AM referiu que o tema trazido pelo deputado Eduardo Miranda era pertinente e deveria ser tratado antes de dezembro de 2014, sob pena de perda de eficácia. Após diálogo entre os deputados José da Fonseca Alves e Eduardo Miranda, este sugeriu que alteraria a expressão “...de todos os municípios” e que rubricaria o documento apresentado à mesa desta assembleia municipal, tendo a moção sido aprovada por unanimidade. -----

O presidente da CM referiu que, quanto ao assunto da casa do Douro, irá cumprir o que for determinado pela CIM Douro e subscreve quase na totalidade a moção apresentada. -----

O deputado Eduardo Miranda apresentou mais uma moção relativamente a um portão de um terreno da CM, no entanto a mesa, por unanimidade não considerou a sua inclusão nos trabalhos. -----

No ponto dois, Regimento da Assembleia Municipal de Mesão Frio, foi analisado o documento e realizada a alteração de “2 dias” para “5 dias”, após análise dos artigos vigésimo e vigésimo segundo. Todas as outras propostas de alterações foram devidamente analisadas. A proposta foi aprovada, por maioria, com dezanove votos a favor e uma abstenção do deputado Eduardo Miranda.-----

No ponto três, **Voto Pesar pela morte do Deputado Municipal Senhor Eduardo Pereira Carvalho Sampaio – Tomar Conhecimento**, foi dado conhecimento do voto de pesar.-----

No ponto quatro, **Apreciação da informação escrita do Sr. Presidente da Câmara acerca da atividade municipal, situação financeira e processos judiciais pendentes**,

O presidente da CM referiu o seguinte: foi realizada uma reunião com a CCDR sobre o hotel da Rede existindo dois pareceres favoráveis, da AICEP e REFER; foi feito um pedido de subsídio à AVI Douro; na próxima quarta feira irá realizar-se uma manifestação no Peso da Régua, havendo transporte disponível a partir de Mesão Frio; apresentou ao secretário de estado a situação do concelho relativamente às intempéries;

a decisão do processo relativo às termas das Caldas do Moledo, veio reconhecer a posse das instalações à Entidade Turismo do Porto e Norte de Portugal e que a CM está interessada em ser parceira da solução final para aquele espaço; o terreno, em S. Silvestre cedido à Entidade Regional de Turismo para a construção de um parque de campismo reverteu novamente para a CM, uma vez que, ao fim de vinte anos, o terreno não foi utilizado para os fins propostos nem foi objeto de qualquer intervenção ou edificação; foi realizada a cerimónia de entrega das bolsas de estudo e foi realizada a recuperação e a entrega de uma habitação que tinha ardido.-----

O deputado Pedro Poças solicitou informações sobre a reunião com a ACES. O deputado Eduardo Miranda referiu que não foi convocado para essa reunião. O presidente da CM, como membro desse órgão apresentou as seguintes informações da reunião: a ordem de trabalhos, o plano de saúde e o relatório de atividades de 2013 e para 2014. -----

No ponto cinco, 1ª Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2014 – Proposta de Aprovação, o presidente da CM referiu que a revisão foi realizada para incluir duas verbas: subsídio de férias e obras em Vila Marim de há oito anos, uma vez que o empreiteiro não se disponibilizou a realizar as obras dentro do prazo, pelo que a CM irá acionar a verba da caução de cinco por cento. Foi aprovada, por maioria, com treze votos a favor dos elementos do Partido Socialista e seis abstenções dos elementos do Partido Social Democrata e um do Partido Socialista.-----

No ponto seis, 7º Relatório Semestral de Acompanhamento de Execução do PSF – Apreciação, o presidente da CM referiu que o relatório serve apenas para mostrar à tutela que o plano definido está a ser cumprido. O relatório foi apreciado. -----

No ponto sete, Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para a composição da Comissão de Defesa da Floresta Contra Incêndios, Decreto-lei nº 17/2009 de 14 janeiro, mediante a proposta, apresentada pelos membros do Partido Socialista, foi aprovado por maioria, a indicação do senhor presidente da junta de freguesia de Santo André, António Cesar Vicente Nunes, com doze votos a favor e sete votos em branco, sendo que o deputado eleito não participou na votação por decisão pessoal.-----

No ponto oito, **Plano de Pormenor da Quelha – Oliveira – Proposta de Aprovação**, o presidente da CM apresentou os procedimentos realizados de acordo com a lei relativamente ao plano. O deputado José da Fonseca Alves referiu que a aprovação

deste plano irá legalizar uma garagem para a qual houve ordem de demolição. O deputado Carlos Pombo referiu que o plano serve apenas para realizar o alinhamento das construções, que poderá ter como consequência a legalização de uma garagem, mas que esse não é o objetivo do plano, no entanto o executivo anterior não deu ordem de demolição. O plano foi aprovado, por maioria, com catorze votos a favor dos elementos do Partido Socialista e seis votos contra dos restantes elementos do Partido Social Democrata.-----

No ponto nove, Minuta de Contrato Interadministrativo respeitante à delegação de Competências do Município nas Freguesias – nos termos do disposto da alínea k), do artigo 25º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 setembro – Proposta de Aprovação, foi aprovada, por unanimidade.-----

No ponto dez, contrato de Aquisição de Bens e Serviços com Encargos Plurianuais autorizados pela Assembleia Municipal em 29 de novembro de 2013, ao abrigo da autorização genérica – Tomar Conhecimento, foi dado conhecimento.-

No ponto onze, desafetação de uma parcela de terreno do domínio público municipal para o domínio privado do Município – Proposta de Aprovação, o presidente da CM referiu que a AM irá analisar a passagem de cento e cinco m^2 de terreno do domínio público para o domínio privado, problema causado pela apropriação indevida de um munícipe, mas que o mesmo será pago pelo referido munícipe. Questionado o presidente da CM pelo deputado José da Fonseca Alves, sobre a necessidade da decisão da AM ser precedida por inquérito público, respondeu que os serviços da CM o informaram não ser necessário tal procedimento. O deputado Eduardo Miranda referiu que irá votar a favor, no entanto irá apresentar uma declaração de princípios, que se anexa a esta ata, tendo apresentado uma sequência de procedimentos que considera necessários e imprescindíveis. A desafetação foi aprovada, por maioria, com dezanove votos a favor e uma abstenção da deputada Maria Teresa Lúcio do Partido Social Democrata.-----

No ponto doze, Apelo em Defesa da Escola Pública – Apreciação e Aprovação, o presidente da AM apresentou o apelo, anexo a esta ata, e, após apreciação, este foi aprovado, por unanimidade.-----

No ponto treze, período aberto ao público, nada houve a registar.-----

A minuta da ata, para efeitos imediatos, foi posta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade.-----

Esta ata é constituída por seis páginas.-----

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão pelas vinte três horas e trinta e cinco minutos.-----

O Presidente da Assembleia

O 1º Secretário

O 2º Secretário